



**A SERVIÇO
DOS POVOS
INDÍGENAS**



ISSN 1679-2335



IMPRESSO ESPECIAL
9912246452/2009/DR/PA

CIMI

---CORREIOS---

JANEIRO / FEVEREIRO - 2012 - n.º 191

**Construindo um
novo projeto de Vida**

Já se passaram cerca de 30 anos desde que representantes de índios dos Países da América Latina, valorizando suas culturas e crenças, em diálogo com o Evangelho, começaram a refletir a partir de seu mundo e sua teologia, sobre os graves problemas que seus povos enfrentam, nos dias de hoje.

Esta reflexão ajuda muito na elaboração de seu projeto de vida e nas escolhas que tem que fazer diariamente. Descobriram que é possível viver na sociedade moderna sem renunciar a sua especificidade, sem deixar sua cultura e sua crença.

O Evangelho e as culturas indígena não estão em contradição, assim como modernidade e indiana também não estão. O confronto entre os valores indígenas e as propostas da nossa sociedade é um confronto que estimula não

somente os índios, mas todos a repensar a sua maneira de pensar e viver.

Vocês que lêem este número do Mensageiro, escutem os depoimentos indígenas, reflitam sobre sua história, e descubram o que causou tanta chacina e tanto sofrimento.

Você que lê seus mitos, descubra o estilo de vida, a relação com a natureza e entre pessoas e povos que estes propõem: os mitos não são lendas, mas propostas de um estilo de vida e de relacionamento.

Que nós tenhamos a humildade de ouvir antes de julgar, de aprender com a sabedoria e experiência dos outros. Precisamos criar este mundo pluralista, mais humano, mais verdadeiro, porque precisamos de paz, segurança e felicidade.



Publicação do Conselho Indigenista Missionário

Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas

É uma revista de: informação
formação e
intercâmbio a serviço
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:
Caixa Postal 41

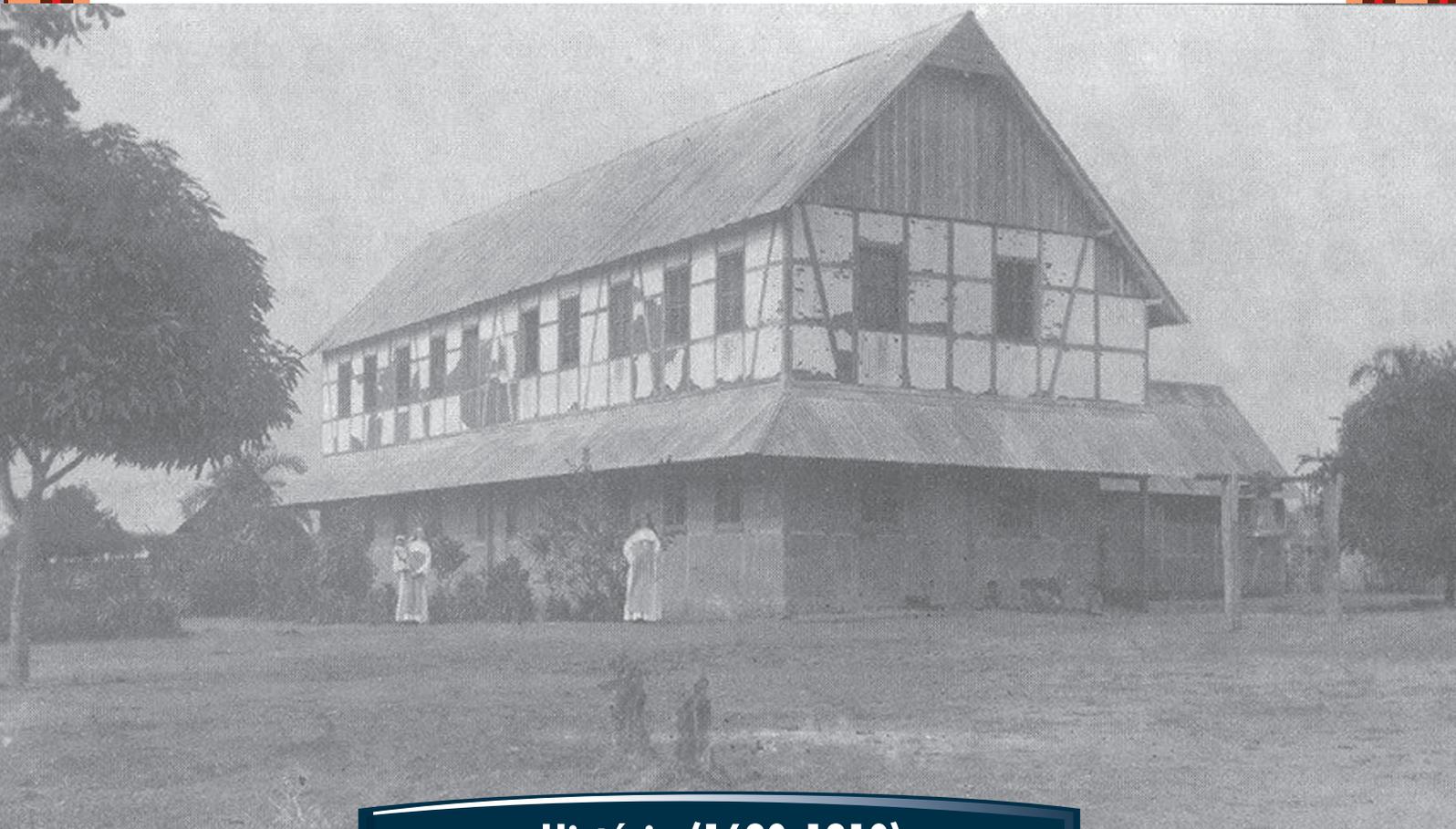
CEP 66.017-970 - Belém - Pará - Brasil
Telefone: (091) 3252 - 4164 | Fax: (091) 3252 - 2312
E-mail: cimibelem@hotmail.com
Site: www.mutiraoamazonia.org.br



Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.

MUNDURUKU EM FESTA!

Já faz cem anos que a missão franciscana acompanha o povo Munduruku nas aldeias ao longo do rio Cururu. No meio das festas, muitas memórias, muita história a contar.



História (1690-1910)

Os Munduruku têm como seu território mais tradicional os campos interiores do alto Tapajós. Eles foram conhecidos do Rio Madeira ao Tocantins como fortes guerreiros que, apesar de estatura baixa, dominavam todo o Vale do Tapajós. Eles costumavam cortar as cabeças de seus inimigos e mumificá-las. Afixavam estas a faixas que vestiam em batalha, pois possuíam poderes especiais e serviram para amedrontar os inimigos.

Os primeiros missionários do rio Tapajós foram os jesuítas no final do século XVII. A sua ação ia até onde chegava a navegação, ou seja, até as cachoeiras, pouco acima de Itaituba. Entre os anos de 1722-1740 foram fundadas outras quatro missões jesuítas, também localizadas no setor de cachoeiras do rio Tapajós. A atuação dos jesuítas foi até 1759, quando foram expulsos

por Pombal. As aldeias foram transformadas em vilas e colocadas sob a direção de leigos. Como no caso de tantos povos indígenas esta situação trouxe a opressão e exploração dos indígenas. Os Munduruku só foram vencidos pelos colonizadores após o envio de várias expedições e tropas de resgate organizadas pelos portugueses em retaliação à resistência que os indígenas faziam através



Dom Floriano em visita à Missão Tiró, sentinela avançada de seu apostolado na Amazônia.

de ataques aos povoados.

Em 1803 carmelitas retomaram a atividade missionária e em 1872 os capuchinhos continuaram já perto de Itaituba. A exploração da borracha estava provocando a ocupação da região por não-índios. Quando em 1881 um capuchinho ajudou os índios a comercializarem seus produtos diretamente com Belém, os negociantes "prejudicados" denunciaram o missionário para o presidente da província do Pará acusando-o, entre outras coisas de se preocupar mais com o comércio do que com a catequese

dos índios. Isso resultou na retirada do frei o que deixou a área novamente à mercê da ganância dos comerciantes.

Em 1908, missionários franciscanos iniciaram viagens de exploração no Alto Rio Tapajós. Alcançaram o Rio Cururu em 1910 onde, mais tarde, foi estabelecida a sede da Missão São Francisco que está celebrando seu centenário. Logo as irmãs da recém fundada congregação de Missionários da Imaculada Conceição da Mãe de Deus foram à Missão dedicando-se ao povo Munduruku na educação e saúde principalmente.

De 1910 até hoje:



"O que fizestes ao menor de Meus irmãos, foi a MIM que o fizestes."
Dom Floriano vive em função disso.





Irmã Arimatéia, que viveu na Missão Cururu por muitos anos, promovendo grandes melhorias na vida dos Munduruku.

eles. Os freis assumiram a educação dos meninos e as irmãs a educação das meninas. Hoje existem professores indígenas em todas as aldeias, e as escolas internatos na sede da missão foram desativadas.

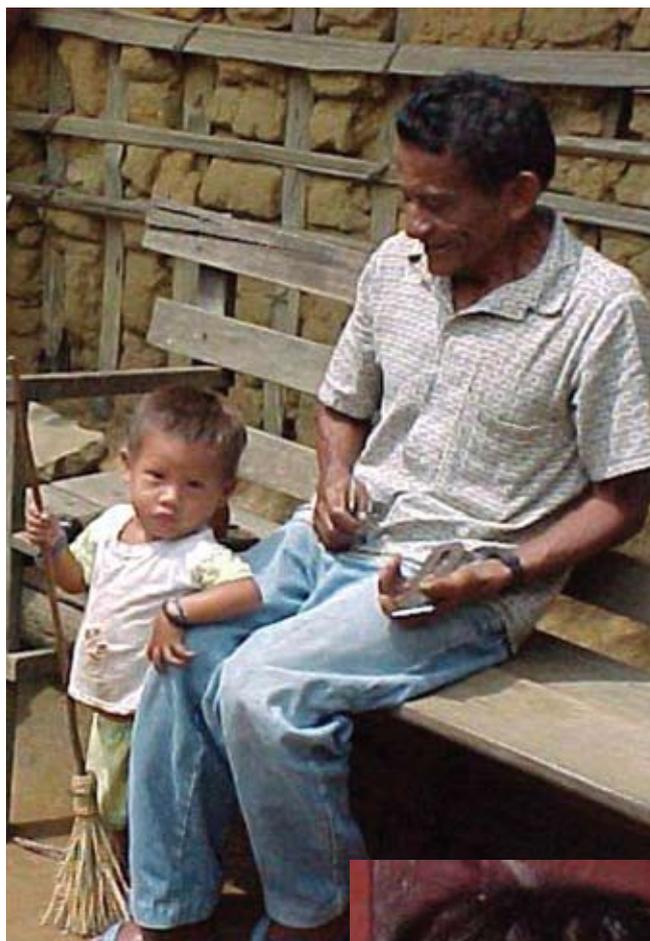
Um posto de saúde também foi estabelecido na missão. Na enfermaria, existe a farmácia de remédios que o governo fornece, com enfermeiros e microscopistas indígenas. Também tem a horta de plantas medicinais, e os Munduruku têm fabricado garrafadas até para outros povos indígenas. Quando alguém está internado na enfermaria, os pajés visitam e fazem seus rituais lá mesmo.

A Missão tem procurado contribuir



para o processo de organização e preparação dos Munduruku, visando a demarcação e proteção da terra e apoiando reivindicações de direitos. Em 1974, a Segunda Assembléia Nacional de Líderes Indígenas foi realizada na sede da missão, no Cururu. Dois Munduruku estão entre os fundadores desta nossa revista. Os Munduruku participam de encontros e assembléias, de eleições tendo servido como vice-prefeito e vereador. Os serviços de educação e saúde e assistência religiosa são, na maioria, exercidos por Munduruku.

Existem diversas publicações sobre



os Munduruku e de autoria deles mesmos.

Apesar da forte e longa influência de fora, (além da Missão São Francisco: FAB, FUNAI, governos municipal e estadual) os Munduruku mantém suas práticas culturais e rituais de pajelança. Diversas expressões de fé convivem em relativa harmonia.

A Congregação Batista tem uma missão com mais de trinta anos entre os Munduruku. As duas missões ajudaram estabelecer a escrita da língua Munduruku. Já existem diversas publicações na sua língua.



Confira na próxima página algumas histórias contadas por eles.

Mitos contados pelos Munduruku:

O Aparecimento do Fogo

"Foram velhos antigos que descobriram o fogo. Foi difícil. Foi difícil tirar fogo, se diz. Era longe mesmo, no outro lado do mar.

Daí foram buscá-lo. Desceram à beira. Era difícil. Não havia fogo. Neste lado não existia. Queriam buscá-lo aceso. Era difícil tirá-lo. Eles mandaram outro pássaro – a garça. Ficou cansada. Caiu no meio do mar e um peixe grande a comeu. Era assim. Era difícil pegá-lo.

Uma vez a coruja foi, dizem os velhos antigos. Ela foi com um baldezinho, para soltá-lo na água quando ficasse cansada. Ela foi. Desceu. Ela foi voando para o outro lado do mar. Ficou cansada, soltou o balde. Ela ficou em cima do balde descansando. De lá foi de novo. Ficou cansada. Soltou o balde. Ficou em cima dele. Um peixe queria comê-la, mas não podia. Foi assim que ela atravessou o mar. Chegou ao fogo grande.

Daí não podia pegá-lo porque era muito quente. O fogo era grande. Ele trouxe a brasa de fogo pra cá. Ele carregou a brasa do fogo do outro lado. Ele descobriu o fogo. Acendeu-o.

Daí tinha fogo. Antigamente não tinha fogo. Não havia fogo. Era difícil acendê-lo. Não sabiam acendê-lo. Por isso só viram o fogo de longe, só o clarear do fogo."

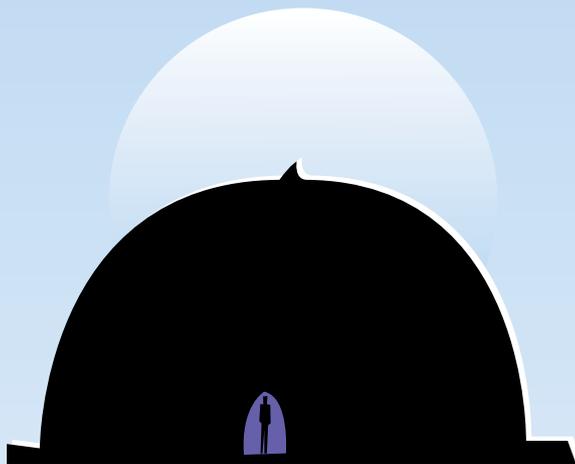
Celso Tawe -Munduruku.



WÁKUPADY-KA BUK

"Antigamente os Povos Indígenas viviam nas malocas se chama 'Wakupady-ká'. Muita gente morava lá naquele tempo. Não existiam alimentos produzidos em fábrica como açúcar, café, sal. Os alimentos deles só mesmo as caças como porcão, anta, queixada, veado, etc. A bebida deles também tinham só mesmo mingau, manicueira, kaxiri, dau e weru. Naquele tempo eles comiam juntos. Naquele tempo os povos indígenas não precisavam de roupas. Eles mesmos produziam redes, saia e também não usava sapatos e nem sandálias. E também naquele tempo os povos indígenas não usavam sabão, nem perfume, nem remédio da farmácia. Naquele tempo eles mesmos faziam remédio caseiro que tem no mato para fazer remédio."

Osmarino Manhuary - Munduruku



O VEADO E O JABUTI

"O veado teve andando e encontrou o jabuti. Aí o veado falou para o jabuti:

-Yauti, tu pode agüentar comigo?

O jabuti disse "sim".

Aí que o veado disse:

-Então, vamos correr essa montanha.

E jabuti disse:

-Peraí, ainda vou fazer cocô. Mas o jabuti não foi fazer cocô. Ele foi avisar os outros amigos dele para ajudar de corrida. Aí o jabuti voltou com o veado e disse:

-Vamos, agora eu já estou pronto.

Veado disse:

-Vamos lá!

Ai eles corria, corria. Quando chegou no lugar que eles começou correr, veado chegou muito cansado de correr, jabuti não. Ele ficou lá mesmo, encontrou o veado, bebeu água e se ria para morrer."

Osmarino Manhuary - Munduruku.



MYKY – POVO RESISTENTE

O povo Myky faz parte da família linguística cultural Manoki, que inclui também os Irantxe. Como tantos outros povos indígenas no Brasil, os Manoki foram praticamente dizimados por massacres e doenças trazidas pelos brancos. Acharam refúgio na missão Utiariti, dos padres jesuítas. Os Myky, porém, conseguiram permanecer isolados da sociedade nacional até 1971, apesar do avanço dos projetos de colonização e agroindústria.

Todos os anos, os Myky comemoram o contato fraterno e respeitoso que foi feito naquele ano por Padre Thomaz de Aquino Lisboa junto com dois Manoki, Tapura e Tupxi. Havia apenas 23 pessoas no grupo e foi com grande alegria que ouviram parentes falando sua língua e oferecendo amizade. Souberam, então, que este pequeno grupo se separou dos outros no início do século XX, quando fugiam dos brancos depois do massacre da aldeia do córrego Tapuru. Diferente de outros grupos, os Myky não sofreram diminuição de sua população ao aceitar contato com a sociedade externa. Ao contrário, houve casamentos entre os novos parentes e foram aumentando ano por ano. Hoje contam com mais de 120 pessoas.

Os Myky representam uma forte referência cultural para os outros Manoki, pois ainda guardam tradições dos antigos e praticam certos rituais, como o de iniciação, que havia sido abandonados.

os Myky contam sua história à luz de seus contos sagrados:

Da harmonia confinada para o belo mundo, mas com conflito: Para os Myky, todos os seres humanos viviam dentro de uma pedra enorme. Conviviam em comunidade, dançavam e cantavam. Uma vez um urubu olhou por uma fresta na pedra e conseguiu apanhar uma flor que ele mostrou para todos. Assim, todos resolveram sair da pedra. Apesar de temer o que possivelmente os esperava lá fora, a beleza da flor os encantou. Os animais que já viviam no mundo os ajudaram a sair. Dizem que apenas um ancião ficou por lá porque não queria sofrer com as violências e doenças.

Ao sair, todos os povos indígenas foram viver embaixo de uma árvore. Os Myky foram para um pé de cambará. Os brancos também tinham sua árvore. Mas os brancos não ficaram contentes com sua própria árvore e passaram a invadir a dos povos indígenas.

O cacique Myky Janãxi lamenta: *"Era pequeno, mas tenho na cabeça os mais velhos falando. Tudo se acabou [depois que] o branco e fazendeiro invade, destrói. Isso me preocupa"*. Devido a esta situação já existente, a demarcação das terras dos Myky do igarapé Escondido foi pedido para a Fundação Nacional do Índio (Funai) antes do contato do Padre Thomaz com os Manoki. Mas não foi feito e nos dois anos seguintes, os Myky sofreram ataques de fazendeiros.

O menino que virou roça – a origem das plantas: Conta-se entre os Myky que a roça surgiu de um menino indígena perguntador e curioso. Sempre que o pai, chefe da aldeia, chegava da caça ou pesca o menino perguntava qual bicho o pai tinha caçado. Em resposta, o chefe asobiava ao filho. Dia após dia essa era a resposta do pai. Zangado, o menino chamou a mãe. No mato, ao avistar uma linda capoeira, cavou um buraco e disse para a mãe enterrá-lo, de modo que ficasse apenas com a cabeça de fora. Depois de algumas negativas e sob lágrimas, a mulher o cobriu de terra. Alguns dias depois, mãe e pai voltaram para ver como o filho estava.

O braço virou mandioca mansa. A cabeça virou cabaça. A unha virou amendoim. A costela virou feijão costela. O osso do peito virou feijão fava. O



Cacique Myky Janãxi.
Foto: Renato Santana.





coração, cará branco. O fígado, cará preto. A perna virou mandioca brava. A tripa virou batata doce. O pênis, araruta. O joelho, uma cabacinha.

Pai e mãe recolheram todos esses alimentos que brotaram do menino. Com a mandioca ralada foi feito o beiju. As migalhas caídas foram levadas pelas formigas para outras malocas da aldeia e quando os demais indígenas as comeram, logo passaram a fazer o mesmo. Surgem assim as roças indígenas.

Com a invasão das terras Myky, as mortes e expulsões foram incluídas no mito. Dos corpos martirizados nasce o arroz, cultivo que se tornou uma especialidade Myky, a cana-de-açúcar, a banana, entre outros. Não comercializam o que produzem, apenas em momentos de troca. A roça, portanto, ganha significado cosmológico e religioso em todo seu ciclo, durante o ano. Cultivá-la significa não se desgarrar da cultura. Por ela perpassa a resistência e a construção do projeto de futuro Myky.

É impressionante quantos povos indígenas tem um conto sagrado semelhante a este que dá a origem das plantas. Para os

Munduruku, por exemplo, a história é parecida, mas o personagem principal é a avó, em vez do menino.

Conquistas e problemas nos tempos atuais

Na aldeia vivem hoje apenas cinco anciãos e 52 crianças; o restante, entre a juventude e a fase adulta. *"Preocupa a bebida porque jovem não pensa muito. Só bebem. Gostam disso (sic)"*, aponta Xinuxi Myky. A bebida, o emprego assalariado e os atrativos de fora, como motos e automóveis, são assuntos em constante debate na comunidade. A escola indígena tem um papel importantíssimo nesse contexto.

A Escola

A língua Myky é preservada como elemento fundamental dentro de um contexto de transformações e ataques à sua cultura. Jaapátou Myky é professora e alfabetizou 24 crianças nos últimos dois anos. *"Ensino com base no trabalho, nas práticas do povo. Caminhamos pela aldeia e vemos tudo que a envolve"*, explica. A metodologia de ensino de Jaapátou está expressa no Projeto Político

Pedagógico (PPP) da escola Myky. Nele, os mitos de criação, a roça, o jeito de se fazer as moradias tradicionais, a culinária, as lutas de defesa do território, a história e tudo que envolve o povo fazem parte do PPP.

A moradia

Hoje, no lugar das malocas onde todos convivem num espaço comum, tem casas de madeira com piso de cimento, quase todas com geladeira e televisão. O pátio da aldeia já é ocupado por motos e bicicletas. O fim da casa coletiva já mudou muito a convivência. E com a televisão então? E agora que se pode guardar alimentos na geladeira, como



Beth Myky. Foto: Cimi MT

fica a partilha característica dos Myky?

Uma casa coletiva foi mantida pelo povo. Ela é usada nas noites de canto da Jéta sagrada, ritual onde as mulheres não podem participar e por isso ficam dentro da casa coletiva com as crianças. Os homens e jovens ficam fora, no terreiro, deitados em redes, ao redor de uma fogueira, contando histórias e tirando os mais lindos sons da Jéta. No entanto, tais encontros estão cada vez mais raros.

A Natureza

“Os brancos usam máquinas para derubar tudo e vender a madeira. Por isso brigamos por nossos direitos. Queremos a mata inteira para as antas e os animais terem o que comer e terem vida. Sem isso, nossa existência fica difícil”, diz o cacique Janãxi. A consciência dos Myky quanto à natureza é profunda. Estabeleceram normas para controlar a caça de alguns animais porque perceberam como estão diminuindo com a ação de madeireiros e latifundiários criadores de gado.

Devido à poluição dos rios e a construção de uma barragem a uns oito km da aldeia, os Myky estão percebendo a diminuição dos peixes também. Enfim, estão sentindo-se encurralados, com pouca terra e uma população crescendo rapidamente.

Como as histórias sagradas, alguns



Anciã conversa com crianças. Foto: Cimi MT

destes costumes e todos estes problemas afligem muitos povos indígenas. É o grande desafio dos tempos modernos: Como viver plenamente, aproveitando o que o mundo nos oferece de bom e belo ao mesmo tempo conservando nossos princípios e valores que nos fazem mais gente – gente de verdade?

*Fontes para este artigo:
Elizabeth Rondon Amarante
e Renato Santana
Arquivos Cimi*

Jornais: Porantim e Brasil de Fato



O DIREITO A VIVER DO NOSSO JEITO

Depois de cinco séculos em que as culturas e as religiões dos índios foram negadas em seu valor e direito; depois de 5 séculos em que foram desprezadas e até satanizadas, a Constituição Federal de 1988 e a Convenção Internacional 169 vieram para reconhecer aos Povos Indígenas o direito de viver conforme sua cultura e religião. Portanto são reconhecidos a validade e o valor das mesmas, e é crime desconsiderá-las, desprestigiá-las ou realizar ações que não as levem em conta.

Ora, se José Krixí Munduruku afirmou em primeiro de dezembro, frente aos Procuradores da República: *"Temos três letras para a construção da barragem: NÃO"*, é preciso saber porque os Munduruku pensam desta maneira! Opiniões contrárias logo desclassificam esta posição, afirmando que *"Os índios são contra o progresso!"* Na mesma reunião, Hozenilda Munduruku insiste: *"A gente não quer essas barragens, a gente vai lutar para parar essas barragens, a gente quer que os nossos filhos e netos vejam essa natureza que nossos avós deixaram."* E corremos o risco de ouvir que *"Os índios são retrógrados, impe-*

dem o Brasil de crescer!"

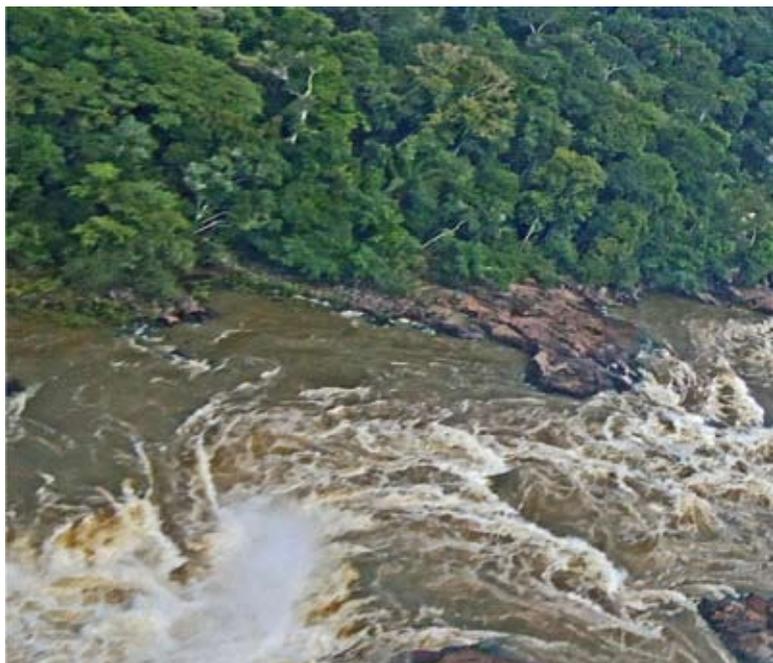
Mas os índios explicam para os Procuradores, e para nós, que a UHE Teles Pires vai destruir as Sete Quedas do rio e este é um problema muito grave porque, como explica José Emiliano, lá mora também a Mãe dos Peixes. *"A natureza não é como os brancos a vêem"*, continua Emiliano, *"debaixo das Sete Quedas tem uma cidade onde moram todos os mortos"*.



José Emiliano



Hozenilda Munduruku



Sete Quedas

Fotos: Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal.

Hozenilda Munduruku continua: "A gente quer que os animais vivam como a gente: em paz. Sete Quedas é o lugar onde todos os peixes se juntam. Fazem uma grande festa e se reproduzem mais ainda. No morro dos Macacos mora a mãe dos animais. Ela vai ficar com raiva da gente. A gente escuta eles fazendo festa. A gente sobrevive da natureza. Deixa ela do jeito que Deus mandou". Quem não compreende essa fala, interpreta como superstição e chega a ter pena dos índios que ainda acreditam nestas coisas. "Nós que estudamos sabemos que tudo isto não é verdade!"

Não é verdade o quê? Você é cristão? Você é muçulmano? E se alguém te diz que a Bíblia ou o Corão são história mal contada e que enganam ou iludem, como você se sente?

A sociedade não-índia não vê sacralidade na natureza: a mentalidade do chamado progresso que tudo reduz ao lucro e ao interesse, reduziu a terra, os animais, os peixes, as aves, enfim toda a natureza a lucro e comércio e separou os elementos que Deus tinha criado unidos. Os Povos Indígenas ensinam que nós somos parte da natureza e ela de nós. A terra é mãe e não objeto de venda e transações em vista do lucro. Fizemos de nossa mãe um objeto. E desta maneira estamos destruindo a natureza, acabando com os animais e outras espécies e colocando em perigo a nossa própria sobrevivência. Os índios vêem aonde vai dar este caminho, como explica Sebastião Munduruku: "Poucos



Sebastião Munduruku

anos atrás, a cidade Floresta (Alta Floresta) era floresta mesmo, agora não tem nada. Enquanto nós, que moramos há tanto tempo aqui, na nossa terra tá tudo preservado".

A sociedade não-índia destruiu o seu relacionamento com cada elemento da natureza; quase não somos mais capazes de olhar para ela com coração puro e enxergar o que ela é, o que ela nos fala. No povo Galibi-Marworno um índio, antes de cortar uma árvore falava com ela e explicava a sua necessidade.

Destruindo o relacionamento com a natureza envenenamos o relacionamento social: Deus nos criou para sermos irmãos e nós vivemos na competição como inimigos. Até os argumentos que usamos para defender a nossa cobiça não têm,



Os jovens também falam durante a audiência.



Crianças Kayabi.

na verdade, fundamento. Justificamos os empreendimentos em nome do "progresso", do "desenvolvimento". Progresso para quem? Desenvolvimento para quantos? O Brasil é um dos países em que a desigualdade social é mais acentuada, em que a distância entre os poucos ricos e os muitos pobres é grande. Que tipo de cultura gera este tipo de sociedade?

É importante ler os depoimentos indígenas, conhecer um pouco de sua história, escutar os seus mitos, suas argumentações e não somente ter respeito mas, sobretudo, aprender com eles.

Hoje os Povos Indígenas estão ame-



Jairo Munduruku

açados pela força das mudanças, pelo fascínio que a tecnologia exerce sobre a sua maneira de pensar e agir. Eles precisam, mais do que nunca, ser conscientes da herança cultural que carregam como tesouro precioso dos antepassados. Precisam conhecer criticamente e profundamente a maneira de viver e pensar que a globalização propõe. Precisam escolher entre uma maneira de viver e a outra levando em conta as consequências, a felicidade, o sucesso, o progresso que eles mesmos querem para si e para seus povos.

Se os índios conhecem o Evangelho, descobrirão que este é bem mais próximo de sua cultura e está em oposição à mentalidade comum da sociedade, mesmo que tenha a etiqueta de religiosa, católica, Cristã, Evangélica...

Que as sociedades indígenas, mesmo pequenas, sejam um apelo e uma proposta para que todas as pessoas de boa vontade e de boa cabeça escolham o caminho que garanta o respeito, o amor e futuro da natureza e a convivência fraterna entre nós.

Morro do Jabuti, local considerado sagrado pelos Kayabi.



Barragens: populações sofrem impactos

Em Rondônia, somem os peixes e os turistas

Com certeza todo o mundo lembra as grandes promessas de prosperidade, trabalho, melhoria de vida. Promessas essas que são repetidas a cada construção das grandes obras públicas. Ouvimos isso em Tucuruí – e o povo ainda não foi recompensado pelas perdas. Ouvimos isso em Belo Monte – e o povo descrente resiste. Foi ouvido em Rondônia também. E olhe só no que deu:

No assentamento rural Vila Teotônio - um dos seis construídos pela Santo Antônio Energia-, os pescadores reclamam que ficaram sem fonte de renda depois de peixes e turistas “sumirem”. Quase 300 famílias foram removidas para dar lugar ao reservatório de água da hidrelétrica. Elas se mantinham com a pesca artesanal e a agricultura e agora encontram dificuldades para produzir nos assentamentos.

“Eu saía de barco e, na volta, enchia os congeladores de peixe. Hoje gasto 80 litros de combustível dando volta nesse lago e não trago 20 kg”, diz um. E outro afirma: “Já servíamos comida para turistas que vinham pescar na cachoeira. Agora não vendemos três marmitas por dia”.

Antes da barragem, as famílias tinham renda mensal entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 durante o ano. **“Hoje, a renda aqui no assentamento é zero”.**

De artigo de Gustavo Hennemann
Folha de São Paulo 08.01.2012

Índios Arara têm água poluída por obra de Belo Monte

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu denúncias hoje dos índios Arara de que a qualidade das águas do Xingu – de que eles dependem para beber e cozinhar – já foi afetada pelo início das intervenções físicas no rio, confirmadas ontem pela Norte Energia SA (Nesa).

A empresa, responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, começou em janeiro a fazer as ensecadeiras – dispositivos para conter as águas do rio e permitir as obras de engenharia - jogando aterro, barro e cascalho no leito do Xingu. Os índios foram surpreendidos pela mudança na água, que se tornou barrenta e cheia de sedimentos.

“A comunidade indígena está preocupada com a qualidade da água do rio Xingu, pois não possuímos poço e utilizamos a água do Xingu para beber e cozinhar. A água já está barrenta e os indígenas já estão ingerindo essa água”, diz o documento assinado pelas lideranças Arara.

“As medidas que deveriam ter sido adotadas antes da construção da barragem não foram tomadas pois o Programa Básico Ambiental ainda não foi aprovado e não começou a ser implementado”, acrescenta a carta enviada ao MPF.

O documento pede “providências urgentes e imediatas para garantir a qualidade da água consumida pela aldeia” e o envio de uma equipe para analisar a qualidade da água e construir poços artesanais nas aldeias Arara da Volta Grande, Paquiçamba e Muratu (do povo Juruna, também afetado).

Vistoria – O procurador da República Cláudio Terre do Amaral, que atua em Altamira, quer que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Águas (ANA) façam vistoria urgente no local das obras, com análise da qualidade da água que chega nas aldeias indígenas. Ele também pediu providências para sanar os problemas.

Também foram enviados questionamentos à Nesa e à Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre o início das obras físicas no rio sem o cumprimento das condicionantes. Para essa parte das obras, o Ibama emitiu uma **Autorização de Supressão de Vegetação que permite a derrubada de cinco mil hectares de floresta, o que corresponde a cinco mil campos de futebol.**

Fonte: MPF - PA



PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA INDIGENISTA

Em outubro passado, o Governo Federal publicou uma portaria interministerial, de número 419, em que foram alterados os procedimentos de avaliação de impactos ambientais em áreas protegidas, tais como as terras indígenas e quilombolas. A Portaria é dos Ministérios do Meio-Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde. Os reflexos da Portaria, contudo, refletem sobre obras ligadas aos Ministérios dos Transportes e das Minas e Energia.

Basicamente, a portaria reduz para 90 dias o prazo que Funai, Fundação Palmares e IPHAN terão para avaliar pedidos de licenciamento de obras e consultar populações afetadas, como índios e remanescentes de quilombolas. Essa consulta não tem poder de veto. O Governo afirma que está agilizando as liberações das obras, e legalizando as que estão irregulares. Mas na prática, retira ainda mais aos índios o direito de opinar sobre projetos que lhes atingem, embo-



Guarani. Foto: Egon Heck

ra esse direito esteja assegurado pela Constituição do Brasil, e por várias leis e acordos internacionais, os quais Brasil também assinou.

Não bastasse isso, agora o Ministério da Justiça também determinou que Estados e municípios farão parte dos estudos de levantamento e reconhecimento de terras indígenas. Diante disso, obviamente, ficará muito mais difícil demarcar e proteger terras indígenas.

Por que isso? Vamos refletir:

Para crescer, e melhorar a vida das pessoas, o Brasil precisa ter uma economia forte. Isto requer obras para viabilizar a produção industrial, tais como as estradas e hidrelétricas, assim como a pesquisa e exploração mineral e petrolífera. Foi assim com todos os países desenvolvidos. Por outro lado, esse crescimento exige espaço e recursos e se dá em meio a lutas entre forças desiguais, com clara desvantagem para os povos indígenas, ao longo de centenas de anos.

Mas desvantagem não significa derrota ou subjugação: os povos indígenas retomaram o crescimento demográfico; muitos chegaram às universidades, a postos administrativos, às câmaras legislativas. As suas organizações conseguiram influenciar importantes decisões do país, como o Capítulo Dos Índios na Constituição Federal de 1988, e as mudanças no projeto da Hidrelétrica de Belo Monte. Muitas cidades se alimentam daquilo que é produzido nas plantações de aldeias indígenas, e as culturas indígenas passaram a ser registradas em livros, CDs, DVDs e outras mídias, por estudiosos e também pelos próprios indígenas. **As mudanças acontecem e eles, como quaisquer outros segmentos da sociedade humana, procuram se adaptar.**



Formatura de professores indígenas (Oiapoque - AP, 2004): povos indígenas acompanham as mudanças e contribuem para a melhoria da sociedade brasileira.

Foto: Nello Ruffaldi

Exercendo a cidadania numa democracia:

Estes exemplos servem para lembrar que todo segmento da sociedade brasileira, os indígenas incluídos, pode influenciar nas decisões que lhes dizem respeito. Isso tudo graças aos que lutaram para que tivéssemos um regime democrático nos dias de hoje, ainda que imperfeito e frágil. É verdade que na de-



Cleanton Ribeiro



Paul Wolters

Mobilizações contra Belo Monte em Altamira e em Brasília: O direito a protestar faz parte das conquistas de todos os brasileiros, inclusive os índios.



Os Yanomami estão entre os povos que conservam suas tradições e aperfeiçoam seus métodos de relacionamento com a sociedade envolvente.

Foto: Maria Edna de Brito



Acampamento Terra Livre, 2011: como avaliar as mobilizações e seus resultados?

mocracia temos que concorrer com grupos que têm idéias diferentes das nossas, mas pelo menos temos a garantia de que não poderão nos colocar mordidas na boca, assim como não temos o direito de fazer isso.

Então o que deve ser feito é negociar, propor, insistir, comprovar o que é direito dentro das normas de uma sociedade democrática, e denunciar sempre os que não respeitam as regras deste embate entre os diferentes.

Esse sistema de escolhas se combina com outro, que é o da Economia. Um aspecto importantíssimo da Economia é que ela é planejada com muitos anos de antecedência. Quantos de nós sabemos o que o Estado Brasileiro pretende realizar daqui a 25 ou 30 anos? E se sabemos,

conhecemos os detalhes do que vamos ganhar ou perder? Como isso vem sendo decidido? Como podemos nos prevenir em relação a essas decisões? O primeiro passo é manter-se informado. Como pode lutar com algo que não conhece?

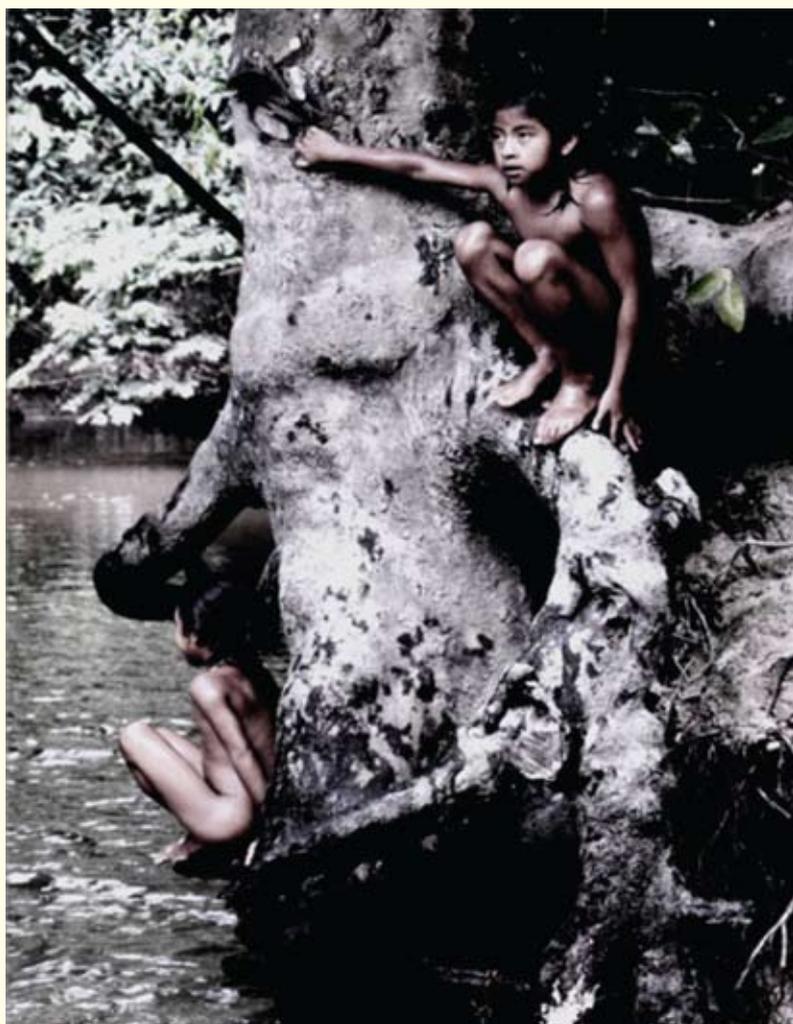
Surge uma pergunta que requer resposta de toda a sociedade, mas principalmente dos povos e organizações indígenas: depois de tantas mobilizações, inclusive com interferências externas, como foi que os indígenas do Brasil sofreram mais este golpe? Onde está o erro? Estará apenas no Governo, que segue em frente na consolidação de um modelo econômico ou também nas formas de participação política do movimento indígena?

Este assunto merece um debate.

Mande as idéias que sua comunidade, família, grupo, organização levantarem para o Mensageiro. Neste mutirão da cidadania, talvez achemos saídas para a situação tão difícil dos povos indígenas e outros setores em desvantagem.

DesMATAmento Em Terras Indígenas No Maranhão

Araribóia: crimes na floresta.



Awa Guajá: sob ameaça permanente. Foto: Diego Janatã.

O assédio violento de frentes de exploração econômica sobre as densas florestas na parte amazônica do Maranhão também está atingindo a Terra Indígena Araribóia, do Povo Tenetehara. Nas matas fechadas, circulam grupos isolados de índios Awa-guajá, mas estes vivem sob pressão cada vez maior de madeireiros que desafiam a lei e invadem a terra indígena. Os Tenetehara realizam inspeções de vigilância sobre seu território, e eventualmente observam grupos desses Awa Guajá isolados, cujo número aproximado se calcula em sessenta pessoas. Numa destas inspeções, membros do povo Tenetehara, da aldeia Zutiwa, afirmam ter encontrado o cadáver quei-

mado de uma criança de um grupo isolado Awa-Guajá.

O corpo foi encontrado em outubro do ano passado num acampamento abandonado pelos Awá isolados, a cerca de 20 quilômetros da aldeia Patizal do povo Tenetehara, região localizada no município de Arame (MA). A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi informada do episódio em novembro e nenhuma investigação do caso está em curso.

As suspeitas dão conta de que um ataque tenha ocorrido entre setembro e outubro contra o acampamento dos indígenas isolados. Clovis Tenetehara costumava ver os Awá-Guajá isolados durante caçadas na mata. No entanto, deixou de encontrá-los logo que localizou um acampamento com sinais de incêndio e os restos mortais de uma criança. "Depois disso não foi mais visto o grupo isolado. Nesse período os madeireiros estavam lá. Eram muitos. Agora desapareceram. Não foram mais lá. Até para nós é perigoso andar, imagine para os isolados", diz Luís Carlos Tenetehara, da



Ramal aberto dentro da T. I. Awa Guajá



Fotos recentes tiradas durante visita de Comissão composta por OAB - MA, Cimi e Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos à T. I. Araribóia. Há evidências de que houve um ataque aos índios. Fotos: Igor Almeida

aldeia Patizal. Os indígenas acreditam que o grupo isolado tenha se dispersado para outros pontos da Terra Indígena Araribóia temendo novos ataques.

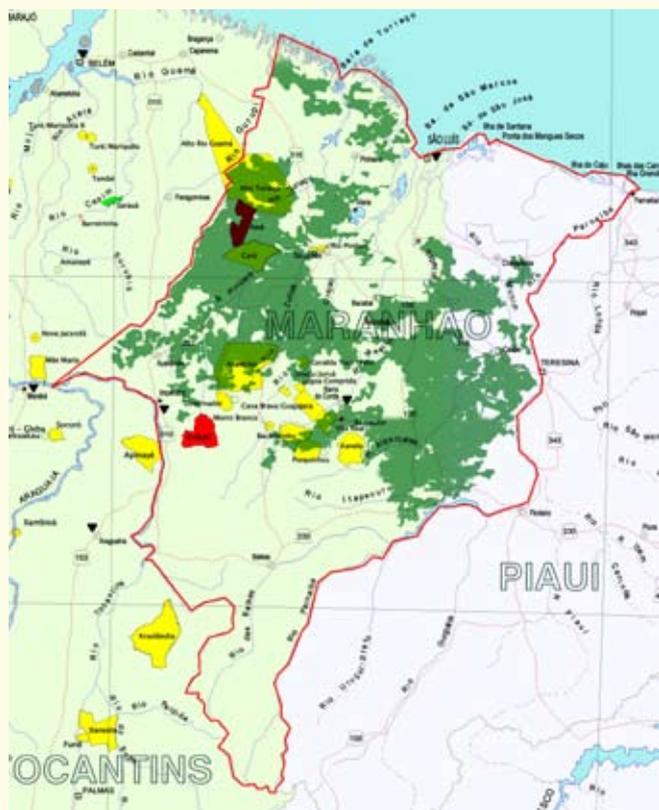
Conforme relatam os Tenetehara, nos últimos anos a ação de madeireiros na região tem feito com que os Awá isolados migrem do centro do território indígena para suas periferias, ficando cada vez mais expostos aos contatos violentos com a sociedade envolvente. Além disso, a floresta tem sido devastada pela retirada da madeira também colocando em risco a subsistência do grupo, essencialmente coletor.

Estima-se que existam três grupos isolados na Terra Indígena Araribóia, num total de 60 indígenas. Os Tenetehara conservam relação amistosa e afastada com os isolados, pois dividem o mesmo território.

(Com informações da Assessoria de Imprensa do Cimi - Secretariado Nacional)



Alto Turiaçu



Pelo mapa do Estado do Maranhão, pode-se ver que existem Terras Indígenas com grandes áreas de floresta. Esta madeira vem sendo retirada ilegalmente, sem providências ágeis do Poder Público.

Outra Terra Indígena que registra incidentes graves é a Alto Turiaçu. O povo indígena Kaapor, que vive na região, vem denunciando há muito tempo a situação de violência em sua terra, e que decorre de uma série de fatores. Um dos mais graves é a exploração madeireira desenfreada, que se estabeleceu na região.

Integrantes do Cimi que têm visitado a T. I. Alto Turiaçu, consideram que o descaso da Funai para com os indígenas piora as coisas, levando as comunidades do território a viverem situações dramáticas, que ameaçam a vida e permanência desses povos no território.

Mas não só isso, como é mostrado na denúncia a seguir:

A população indígena da T.I. Alto Turiaçu tem crescido consideravelmente nestes últimos anos, chegando a 424 pessoas em uma área devastada pela ação madeireira e pecuária. Isso leva as famílias a viverem em situação degradante, submetidos à fome, sem as-

sistência à saúde com qualidade, sem abastecimento de água na aldeia; submetidos à indiferença e mau atendimento de servidores dos postos de saúde e hospital na sede do município.

Com o aliciamento de indígenas por madeireiros em troca de cachaça, motos, celulares, almoço nas vilas mais próximas das aldeias, a vida do povo tem ficado mais difícil. As inúmeras operações de apreensão de equipamentos e fechamentos de serrarias por órgãos fiscalizadores, não têm conseguido intimidar madeireiros que continuam com suas atividades em pleno exercício. A cada esquina da cidade observam-se serviços de mecânica para os reparos e manutenção dos transportes e máquinas utilizadas na exploração da floresta. São inúmeros os caminhões e tratores de esteira que afugentam caças e pássaros, assoreiam rios e igarapés, destroem caminhos de caça e coleta de frutos, diminuindo assim as principais fontes de alimentação das famílias no território.

Em última instância são os poderes municipais e estadual os responsáveis



Indígenas Kaapor

pela situação deplorável nas aldeias localizadas em municípios às margens da BR-316, por sua omissão em relação à exploração madeireira e a ausência de serviços básicos e políticas públicas.

Essas aldeias vivem dias de tristeza, fome, dor, sofrimento, violência, assassinatos, situações degradantes e desrespeito aos direitos humanos.

Após o assassinato de Rubinete Ka'apor em maio de 2010, as ameaças continuam. O assassino continua circulando pela sede do município de forma



impune, gozando de total liberdade, desenvolvendo ações predatórias de exploração madeireira, aterrorizando e ameaçando pessoas do lugar e indígenas quando estão na cidade de Centro do Guilherme.

Indígenas e servidores da saúde resolveram denunciar inúmeras situações a que estão submetidos por esse grupo. A comunidade revela mais um assassinato ocorrido em março de 2011, quando o jovem Tazirã Ka'apor, cerca de 20 anos, foi atropelado pelo caminhão do madeireiro "Lander", às proximidades da aldeia Axiguienda. O jovem era pai de duas crianças. O madeireiro é morador do "Centro do Guilherme", possui 3 caminhões e 1 "jerico" e uma oficina de mecânica para realizar reparos em caminhões de madeireiro no município.

A situação encontra-se tão tensa na região, que servidores da saúde e indígenas, após denunciarem o fato a instâncias judiciais da região passaram a sofrer ameaças de morte pelos autores do crime e por outros madeireiros.

As denúncias são numerosas e os criminosos têm nome e endereço. Vejamos:

- O Sr. Joel Grande, chefe dos madeireiros, possui três serrarias em funcionamento, 10 caminhões traçados para puxar madeira e caçambas; seu irmão o Sr. Joelzinho possui duas serrarias. Acabaram a madeira e estão tirando somente "varas".
- O Sr. Didi, é funcionário dos madeireiros, interlocutor dos madeireiros junto ao Prefeito Josimar que já firmou compromisso com os madeireiros. Ele pega a licença na prefeitura com o Sr. Josimar para entrar na área com os caminhões.

- Didi também é responsável de buscar e cadastrar peões para trabalhar com madeireiros.
- O prefeito está contra os indígenas que não são mais atendidos pelo prefeito quando procuram ele para ajudar em algo
- Existem vários ramais abertos por madeireiros para a retirada de madeira da área, entre eles: o povoado do 80; Buraco do Tatu; Areal; Ramal da Aldeia; povoado do 40; povoado 45; povoado do 46; povoado do 50; povoado do 55; povoado do 60; povoado Barro Branco (às proximidades do Rio Gurupi).
- Os indígenas foram aliciados pelos madeireiros para permitir a retirada de madeira;
- No município de Centro Novo do Maranhão, existe um povoado chamado "Chega Tudo" onde existem quatro serrarias, por ser local "melhor" para retirar a madeira da área.
- Estão "emendando" e "cercando" a área; sendo que a Serraria do "Moreira" está funcionando normalmente; assim como, a do "Goiabão", do "Catuz".
- Madeireiros do povoado Santa Maria possuem dois tratores de esteira e um "jerico" e, por conta própria, estão puxando a madeira da área. Eles limpam a estrada, tapam os buracos, fazem abertura na mata por conta própria.
- Além de levar a madeira, matam e levam todas as caças da área, deixando as famílias com fome e com medo de entrar na área para caçar.

Por outro lado, quando estes infratores são procurados pela polícia ou pelo IBAMA, dizem que são os indígenas que mandam eles entrarem e que estão pagando para o cacique da aldeia. Porém, os indígenas afirmam que os madeireiros mentem e que eles estão sendo usados pelos madeireiros como forma de se proteger da polícia, e que o cacique nunca pegou dinheiro de madeireiros.



Serraria móvel apreendida em 2009.
Foto: O Globo.

ÁGUA PARA A ALDEIA BAHETÁ

Certos problemas que afligem comunidades pobres pelo Brasil costumam ser maiores nas aldeias indígenas. É o caso dos serviços de saúde, escolares, de segurança e de saneamento. No caso deste último item, as conseqüências para a saúde são desastrosas, como se registra em aldeias indígenas da região norte e também em acampamentos à beira de estradas em Mato Grosso do Sul. A Administração Pública tem a obrigação de resolver essas questões, mas somente com organização e mobilização é que as comunidades indígenas conseguirão se fazer ouvir e atender. Um bom exemplo foi o que aconteceu na Aldeia Bahetá, no sul do Estado da Bahia. A comunidade indígena tentava a todo custo que alguém resolvesse o problema da falta de água potável na comunidade.

Eles estavam consumindo a água do Rio Colônia que, além de poluída, é salgada. A comunidade então protocolou uma denúncia ao Ministério Público Federal, na esperança de que algo fosse feito para que eles não tivessem que usar a água contaminada pelos esgotos e lixo lançados ao rio. Semelhante situação vivia a aldeia Caramuru.



Fotos: www.indiosonline.net

Em setembro de 2011, eles conseguiram que uma comissão de técnicos, liderada pelo Ministério Público Federal, fosse à aldeia para averiguar a situação da água do rio Colônia

Depois de uma reunião na Escola Municipal da Aldeia Bahetá, onde foram expostas as várias situações sobre o pro-



Poluição no Rio Colônia: animal morto e água turva dão idéia da situação da Aldeia Bahetá.

blema da falta de água potável para o consumo humano das aldeias Bahetá e Caramuru, a comissão seguiu para o rio Colônia, a fim de coletar amostra d'água para análise do processo.

Nesta ocasião, eles puderam ver com seus próprios olhos animais mortos dentro do rio, assim como velhos e crianças bebendo dessa mesma água. Porém, o mês de dezembro chegou e nenhuma providência havia sido tomada.



Procurador Federal em inspeção na aldeia Bahetá

Por causa disso, o MPF ajuizou ação contra a Funasa e a Justiça Federal em Itabuna atendeu, concedendo liminar determinando que a União e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fornecessem adequadamente água potável aos habitantes da Comunidade Pataxó Hã Hã Hã da Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu, aldeia Bahetá I e II, no Sul da Bahia, sob pena de multa diária de mil reais por descumprimento.

A Justiça determinou, ainda, que a União e a Funasa fornecessem, mediante carros-pipas, o equivalente a 8,28m³ por dia de água potável à aldeia Bahetá, considerando que a população total é de 69 pessoas, com consumo diário per capita de 120l por habitante na Bahia. O

Judiciário também adotou medidas com base no poder geral da cautela, que lhe permite tomar providências não requeridas na ação do MPF, e determinou que seja implantado, em até seis meses, ao menos um banheiro comunitário na região, com fossa séptica, também sob pena de multa diária de mil reais em caso de descumprimento.

Por fim, o melhor presente de Natal que a Aldeia Bahetá desejava chegou em dezembro: o site índios On Line noticiou que a Funasa já havia feito a distribuição das caixas d'água que estão sendo usadas como reservatório da água fornecida pela Empresa de Água do Estado da Bahia.

Quando O caminhão da FUNASA começou a abastecer as casas, foi grande a alegria para as famílias que, sorridentes, viram pela primeira vez a oportunidade de usar uma água com qualidade. A Comunidade Indígena da Aldeia Bahetá agradece à Justiça pela decisão tomada, e a todos os servidores públicos que trabalharam para que finalmente pudessem ter esse desfecho feliz.

Complementamos isto observando que a perseverança e a mobilização das aldeias foi fundamental para que o problema fosse resolvido.



PUBLICAÇÕES

Yanomami têm cartilha sobre legislação indigenista.

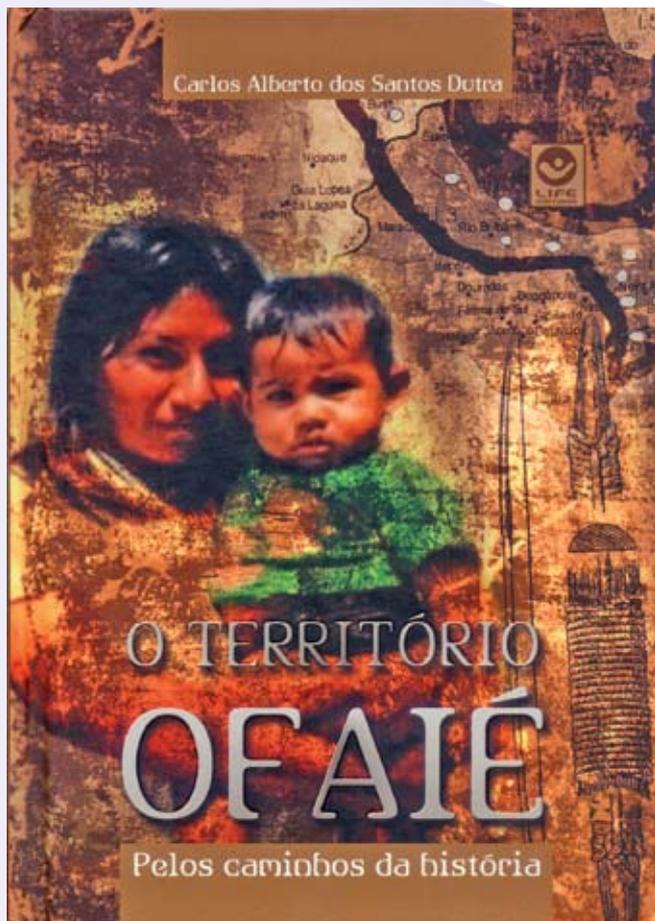
Na edição 190 do Mensageiro (págs. 11 e 12) noticiamos a realização de um curso de legislação indígena na aldeia Waromapiitheri, em que participaram várias lideranças Yanomami.

Para auxiliar no aprendizado e posterior repasse do conteúdo aos demais membros das comunidades, foi criada uma cartilha bilingüe português/yanomâmi, em que se aborda a noção de "Direito Territorial", "Restrições ao usufruto da Terra", "Consulta às comunidades" e, por fim, alguns pensamentos das lideranças yanomami. Os responsáveis pela elaboração da cartilha procuraram explicar os conceitos a partir de exemplos da vida na aldeia.

É mostrado ainda como se pode elaborar um documento com denúncias de invasões. A publicação foi feita com apoio da Diocese de Roraima e Missionárias da Consolata, com desenhos de Bruno, Ademar, Tino e Mozarildo Yanomami.

A elaboração final da cartilha é de Huti Valdomiro, Bruno e Jerônimo Yanomami; Mary Agnes Njeri Mwangi e Ines Arciniegas Tasco (MC) e Pe. Vanildo Pereira da Silva Filho.





Livro "O Território Ofaié" – Pelos Caminhos da História

Carlos Alberto dos Santos Dutra é historiador e integrante do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Sua dissertação de Mestrado, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul agora ganha a forma de livro, e se dedica a contar a História do povo indígena Ofaié, cujos representantes atuais descendem de um grupo que chegou a duas mil pessoas, no início do século XX, e que viviam da caça, pesca e coleta, em toda a margem direita do alto curso do Rio Paraná. Os Ofaié, como as demais sociedades indígenas brasileiras, ainda padecem de maiores pesquisas históricas. O esforço deste livro é ajudar a preencher essa lacuna, mostrando seu modo de vida, suas lutas, suas tradições, seus personagens. O trecho que segue (página 81) mostra como havia conhecimento sobre os Ofaié, inclusive com a descrição de seu método para obtenção de fogo:

A Existência de elementos comuns da cultura material Ofaié, tais como armas, bornais, flautas e cachimbos esculpidos em madeira, que foram encontrados tanto por Alberto Vojtech Fric nas margens do Rio Verde, em 1901, como por Darcy Ribeiro no Samambaia, em 1948, e outros artefatos dispersos e oriundos de diversos pontos do atual Estado de Mato Grosso do Sul, são reveladores, sem dúvida, da presença Ofaié num espaço geográfico bastante amplo.

Os apontamentos sobre o método de obtenção do fogo praticado pelos ofaié recolhidos por Frederico Lane (1938) são igualmente reveladores de um dos antigos costumes praticados pelos povos indígenas. Ainda que o autor atribua o seu uso como *bastante comum e muito divulgado entre os diferentes povos da América*, popularidade essa confirmada por John Montgomery Cooper (1881- 1949), que confere a todos os indígenas sul-americanos esse conhecimento, (RIBEIRO, 1986, p. 109), a descrição dessa técnica praticada por um grupo indígena ainda no ano de 1922, confirmam nossa suspeita de se tratar de um grupo bastante recuado no contato com a sociedade e de localização distante do eixo Vacaria-Ivinhema.

A descrição realizada junto de *alguns semicivilizados errantes Chavantes, localizados há tempo no Taquaruçu*, revela o particular interesse do pesquisador pelo seu processo de obtenção do fogo pela fricção da madeira. A descrição, sobre o *bastão ou pau-de-fogo usado pelos Chavantes* é minuciosa: *ele é fino e reto, e é feito de um galho de brejaúva* (no nosso entender seja o *pau preto* ou *roxinho* que os Ofaié utilizam para fazer o arco). *O índio fazia um entalhe num pedaço da madeira e firmava a madeira no chão com o pé. Depois, com outro pedaço de madeira reta e fina, sua ponta era inserida* (introduzida) *no entalhe num ângulo vertical, sendo rapidamente girado com firmeza e pressão. Neste processo, as mãos deslizam para baixo e rapidamente sobem para a ponta superior do bastão, num trabalho constante até esquentar o entalhe e começar a sair faíscas de fogo. Colocavam folhas secas próximas às faíscas e o fogo era aceso* (LANE, 1938, tradução nossa).

Na Sala de Aula

Utilize sempre o MENSAGEIRO como base para os exercícios de:

- Leitura conjunta em voz alta ou individual em silêncio;
- Interpretação de textos;
- Análise, identificação dos elementos de gramática;

- Redação;
- Debate e discurso;
- Pesquisa e reflexão;
- Localização geográfica e descrição social e cultural;
- Projetos de arte.



Existem múltiplas utilidades na sala de aula, claro sempre adaptadas ao nível e idade de seus alunos. Inclusive números passados podem ser usados tanto para pesquisa como também para recortar e ilustrar cartazes e trabalhos. (Para obter números passados do Mensageiro, escreva para o endereço na página 2).

MUNDURUKU em Festa (pp. 3-6)

Depois de ler o artigo sobre os Munduruku, organizar uma gincana ou grupos de pesquisa. Consultar os mais velhos, o museu, os missionários, enfim, quem pode ajudar. Procurar saber como foi a história de seu povo nos últimos cem anos: da região onde estão morando, da atuação dos diferentes grupos não indígenas, os amigos e os inimigos. Juntar relatos e fotos. Filmar ou escrever entrevistas. Faça uma exposição das fotos e dos trabalhos para toda a aldeia, até para a cidade ou comunidade não indígena mais próximo. Seria uma boa maneira de comemorar a Semana dos Povos Indígenas. Faça círculos de conversa para re-

lembrar, reviver esta história. Discutir o que aprendemos do passado que nos ajuda enfrentar os desafios dos tempos de hoje. E as histórias de antigamente dos Munduruku: procure saber umas histórias de seu povo. Pergunte se tem umas parecidas com estas dos Munduruku. Estas histórias são só para diversão? Ou será que ensina algo importante para nós? Debater sobre isso. Faça livrinhos ou cartazes com desenhos das histórias de seu povo, faça dramatização de alguma história. Aprenda a ser um contador de histórias.



Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

ASSINATURA ANUAL:

Não-índio: R\$ 30,00

Indígena: R\$ 15,00

Apoio: R\$ 60,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00

Marque aqui o seu tipo de assinatura:

- Nova
- Renovação
- Indígena
- Apoio

Pagamento

- Cheque Nominal
- Depósito Bancário

Em: ____ / ____ / ____

Depósito Bancário:

Banco Bradesco Agência **3109-7**

Conta Corrente **135641-0**

Em nome de **Conselho Indigenista Missionário**

Para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página, e envie para o endereço abaixo.

Editora Mensageiro
Caixa Postal 41
66017-970 Belém, Pará

fone: 091- 3252 - 4164
Fax: 091- 3252 - 2312
E.mail: cimibelem@hotmail.com

MYKY - Povo Resistente (pp. 7-9)

As atividades sugeridas para o artigo sobre os Munduruku também servem para este. Os Myky tem contato com a sociedade não indígena há pouco tempo. Neste pouco tempo quais são os problemas que sugeriram? Compare com a situação deles com a de seu povo. Tem semelhanças? Os Myky interpretam as novidades trazidas pelo contato com outra sociedade

na luz das histórias e ensinamentos dos antigos. De que maneira os costumes e histórias antigos ajudam lidar com estas situações? O que aprendemos destes? Estes debates são valiosos. Formar grupos para registrar as idéias em fita áudio ou filme ou livrinhos com desenhos e fotografias.



O direito de viver do nosso jeito – (pp.10-12)

Vejam como o Ministério Público Federal se define como defensor dos povos indígenas. Em sua região é assim? Faça pesquisa sobre os atributos do MPF. Convidar um procurador para vir na sua escola e falar com vocês sobre seus di-

reitos. A barragem proposta para o Rio Teles Pires iria destruir um lugar sagrado dos povos Kayabi, Apiaká e Munduruku. O que acham disso? Quais são os lugares sagrados de seu povo? Acreditam que os povos indígenas têm algo a ensinar para a sociedade não indígena?

UHE Santo Antônio (p.13)

Faça uma lista de benefícios e prejuízos que resultam da construção de barragens. Partindo desta no Rio Madeira, mas levando em conta outras, especialmente na sua região. Se puder, leve sua turma a visitar

uma usina hidrelétrica e entrevistar trabalhadores e moradores do local. Pesquisar sobre alternativas energéticas e os benefícios e prejuízos de cada uma.

Água para a aldeia Baheté – (pp. 21-22)

Esta é a história de uma conquista. Análise com seus alunos para constatar os passos que levaram a esta conquista. Ajude-os a compreender que cada ação bem sucedida tem planejamento e conhecimento de causa e muita perseverança e união. Procure aplicar esta análise a algum problema que aflige sua área, projetar e planejar uma ação eficaz – em união com a comunidade naturalmente. Aí partilhe seu processo e

resultados com outros através do Mensageiro.

Faça um estudo sobre água, o bom uso e proteção das fontes, o perigo de contaminação dos lençóis freáticos e dos poços, como também dos rios. Estes conteúdos podem ser adaptados e adequados a alunos de todas as idades.



Povos no Maranhão – extração de madeira e crimes (pp.17-20)

Mais uma vez é comprovado que “Quem desmata, mata.” É necessária uma leitura cuidadosa e analítica deste artigo, pois tem muito a aprender aqui. Ajude os alunos e comunidade a enviar uma carta ao Ministério Público Federal cobrando providências e

proteção aos povos no Maranhão. Escreva cartas de apoio às aldeias afetadas. Debater na comunidade os perigos representados pelos madeireiros para a floresta e o povo. Falar também sobre casamentos com não-índios e a necessidade de estabelecer normas.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal: _____ Fone: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____ País: _____

Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido o comprovante (ou cópia) do seu depósito



Rufino Romão Tembê (à esquerda) e Patik Tembê *02/02/1913 — + 06/01/2012

Manifestamos nossa solidariedade ao povo tembê do Alto Rio Guamá que sente a partida de mais um sábio do seu povo...

Sr. Rufino Romão Tembê. Sempre presente na aldeia frasqueira, pai da aldeia toda. Respeitado por todas as aldeias do Guamá

Homem forte que falava com mansidão e autoridade.

Deixou-nos marcados por seus conhecimentos que ensinou a todos que tiveram a oportunidade de escutar suas histórias sobre pescarias, caçadas, andanças pela mata.

Suas palavras derradeiras foram: "já vou embora daqui".

Com certeza iria fazer como sempre: andar por outros lugares.

E hoje mais forte que nunca vive em nossa memória!!

REFLEXÕES de UMA MÃE

"Se esse negócio do oleoduto passar, chegará o dia em que não teremos água potável nesta reserva. Teremos de viver na terra que o homem branco nos deu e comprar sua água engarrafada para beber", disse-me meu filho mais velho, Ty. Foi meu filho que me alertou sobre os perigos do oleoduto que quer cortar meio continente passando também pela reserva de nosso povo Lakota.

Eu reciclo, eu não sujo o ambiente. Eu detesto ver lixo espalhado, especialmente quando Gandmother Terra em quase todas as culturas no mundo foi tão honrada na história. Como Lakota, honramos a terra, a água, o céu. É triste demais ver essas tradições se perderem em embalagens de comida, latas de bebidas e plásticos jogados no esquecimento. E também é bom ver quando as pessoas fazem ainda se importam o suficiente para tentar tornar mais bela a vida do planeta.

Eu aprendi que nossa maneira Lakota de pensar - que tudo que fazemos aqui em Unci Maka (Vovó Terra) é importante porque afeta os próximos sete gerações. Temos uma obrigação moral como Lakota para o futuro de nossos filhos. É tudo sobre nossos filhos, que seja você Lakota ou não.

É como o ditado indígena:



**"NÓS NÃO HERDAMOS A TERRA DE NOSSOS ANCESTRAIS,
NÓS A EMPRESTAMOS DE NOSSOS FILHOS."**